

BOLETIM DE PESQUISA NELIC

Vº 10 - Nº 15

2010.2

Em Percurso

**PELO IMPREVISTO:
Dispositivos e singularidade**

Artur de Vargas Giorgi

Em primeiro lugar, devo dizer que acatei por completo a proposta encaminhada pelos professores do Núcleo para este primeiro fórum de pesquisa. *Pelo imprevisto: dispositivos e singularidade* não seria o título mais adequado para uma comunicação que ambicionasse trazer a solução para os percalços do meu trajeto de pesquisa, e sim, com maior acerto, é apenas algum título para *um* dos meus impasses, *uma* das dificuldades que resistem ao cumprimento da dissertação de mestrado, indicando com isso, quem sabe, que mais uma vez se trata de começar¹. Além disso, refiro-me a uma dificuldade

¹ Refiro-me à dissertação *Anestesia e contato: reprodutibilidade técnica e singularidade na modernidade brasileira*, com orientação do Prof. Dr. Raúl Antelo (e defesa prevista para fevereiro de 2011). Neste trabalho, busco fazer a leitura de um “problema”: como a lógica da reprodutibilidade técnica – “técnica” entendida, aqui, de maneira ampla, a partir do conceito de *dispositivo* formulado por Giorgio Agamben (lendo Foucault) – pode ser motivadora de uma anestesia da sensibilidade dos homens. Supõe-se que haja essa marca, uma “condição” que, entretanto, é ambivalente: com a anestesia, novas formas de subjetivação e sensibilidade podem surgir, o que aponta para a impossibilidade de massificação dos comportamentos. Para articular o trabalho e disparar a leitura, parto dos seguintes registros iniciais: os poemas “Cinema”, de Guilherme de Almeida, publicado em 1925, em *Encantamento*; “O microscópio”, de Bueno de Rivera, publicado no livro *Mundo Submerso*, de 1944; e “Uma fotografia aérea”, de Ferreira Gullar, publicado em *Dentro da noite veloz*, em 1975. Mas não só de registros em linguagem verbal componho o *corpus*. O hebdomadário *Dom Casmurro*, do Rio de Janeiro, por meio das imagens que ilustram suas edições, é também um dispositivo marcado, paradigmático das transformações ligadas à

Este texto foi apresentado no I Fórum de Pesquisa do Núcleo de Estudos Literários e Culturais, realizado no Centro de Comunicação e Expressão da UFSC em novembro de 2010.

teórica que, para mim, parece carregar de algum modo a assinatura de uma estratégia, para utilizar os termos de Giorgio Agamben, uma vez que, como diz ele, lembrando uma discussão sua com o estrategista Guy Debord, esta dificuldade teórica, como todo pensamento, por mais puro, geral ou abstrato que seja ou pretenda ser, está ligada a uma urgência e remete assim a uma forma de ação, de intervenção².

Como sabemos, em *O autor como gesto*, Agamben³ retoma as considerações de Michel Foucault a respeito da oposição por este estabelecida entre o autor-indivíduo e a função-autor. E nesse texto, o autor de *Homo Sacer* lembra algumas críticas dirigidas a Foucault em função de suas investigações, embora sempre trabalhando sobre o sujeito, fazerem este presente apenas através de processos objetivos

reprodutibilidade técnica e à sua assimilação pela sociedade, sobretudo no que tange à consolidação, no Brasil, da arte cinematográfica. Tal percurso toca o complexo contexto biopolítico da sociedade, em que os limites entre esferas supostamente autônomas e mutuamente excludentes – como vida *ou* cultura, política *ou* arte, história *ou* literatura etc. – tornam-se indecidíveis, fazendo caducar as categorias dadas *a priori*.

² AGAMBEN, Giorgio. “Metropolis”. *Sopro – Panfleto Político-Cultural* (seção “Dicionário crítico”), Florianópolis: Editora Cultura e Barbárie, n. 26, abril de 2010. Tradução livre, a partir de uma gravação de áudio, de Vinícius Honesko. Trata-se de uma intervenção no segundo e penúltimo ato do seminário Metropoli/Multitudine, realizado em 11 de novembro de 2006, na Universidade IUAV, em Veneza, com o tema “Novos conflitos sociais na metrópole”.

³ *Idem*. O autor como gesto. In: _____. *Profanações*. Tradução: Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007(a), p. 55-63.

de subjetivação e de dispositivos que o inscrevem e capturam nos mecanismos do poder. Tais críticas – como a de Lucien Goldmann no debate posterior à conferência sobre o autor de 1971 – atribuíam a Foucault a intenção de cancelar o sujeito individual, o que certamente não era o caso, como afirma Foucault e reafirma Agamben nessa sua leitura.

Um dos desdobramentos das investigações de Foucault pode ser encontrado no conceito de *dispositivo*. Conceito que está presente, e com grande produtividade, no pensamento de Agamben, já que são vários os textos em que ele retoma e trabalha sua ambivalência, desenvolvendo também o seu alcance. Com efeito, em *O que é um dispositivo?* lemos a seguinte definição:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e

milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a *inconsciência* de se deixar capturar⁴.

Com essa definição fica evidente a dificuldade de lidar com o conceito, quero dizer, a dificuldade de lidar com o próprio dispositivo, que neste caso é discursivo, mas seja ele qual for. Isso se dá pela constatação de que cada novo dispositivo tanto carrega uma promessa de felicidade, ou seja, a ampliação das possibilidades de subjetivação e a remediação de uma falta⁵, como, simultaneamente, estipula uma espécie de custódia desses mesmos novos sujeitos. Nesse sentido, é devido a essa “conexão com o poder” que valer-se de um dispositivo é lidar com uma espécie de liberdade vigiada. O que parece implicar uma condição limite para os sujeitos, uma vez que a possibilidade de ligar-se a uma singularidade está de imediato comprometida pelo sujeitamento a um poder estranho,

⁴ *Idem*. “O que é um dispositivo?”. *Outra travessia*. A exceção e o excesso: Agamben & Bataille, Florianópolis: UFSC, n. 5, p. 9-16, 2º semestre/2005. Tradução: Nilcéia Valdati (grifo meu).

⁵ “Por meio dos dispositivos, o homem procura fazer girar em vão os comportamentos animais que separaram dele e assim gozar do Aberto como tal, do ente enquanto ente. Na raiz de cada dispositivo está, deste modo, um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo em uma esfera separada constitui a potência específica do dispositivo”. *Idem. Ibidem*, p. 14.

sobretudo se considerarmos a fase avançada do capitalismo. Afinal, como escreve Agamben,

O que define os dispositivos com os quais temos que lidar na fase atual do capitalismo é que eles não agem mais tanto pela produção de um sujeito, quanto pelos processos que podemos chamar de dessubjetivação. Um momento dessubjetivante estava certamente implícito em todo processo de subjetivação e o Eu penitencial se constituía, havíamos visto, só através da própria negação; mas o que acontece nesse momento é que os processos de subjetivação e os processos de dessubjetivação parecem reciprocamente indiferentes e não dão lugar à recomposição de um novo sujeito, se não em forma larvar e, por assim dizer, espectral. Na não-verdade do sujeito não há mais de modo algum a sua verdade⁶.

Ou seja, hoje, “os dispositivos são *sempre mais* dessubjetivantes”, afirma Agamben em sua intervenção *Metropolis*, “portanto é sempre mais difícil analisar e individualizar os processos de subjetivação que se criam”. Com o que assinala o filósofo: a fim de se alcançar o ponto da “ingovernabilidade”, “o início e o ponto de fuga de toda política”, em que pode naufragar o poder em sua figura de governo, é preciso intervir sobre os processos de subjetivação e colocar em questão a capacidade de agir dos sujeitos, isto é, “aquilo que

⁶ *Idem. Ibidem*, p. 15.

nos processos em que o sujeito se liga a uma identidade subjetiva, leva a uma modificação, a um aumento ou a uma diminuição da sua capacidade de agir”⁷.

Ora, Agamben, ao desenvolver seu conceito, parece partir do pressuposto de que há, por assim dizer, “condições normais de temperatura e pressão” para a sensibilidade dos homens e a cultura, e que nessas condições, quando em contato com os dispositivos, os sujeitos têm menor capacidade de agir ou, antes, somente reagem com alguma docilidade que lhes é própria à força de captura, determinação e controle dos dispositivos, principalmente no contexto do capitalismo avançado. Em outras palavras: a dessubjetivação identificada pelo autor de *Estado de Exceção* como condição que a fase atual da ocidentalização do mundo oferece ou impõe a esse sujeito genérico parece ser um *a priori* no qual o filósofo se baseia para seu diagnóstico; e, desse modo, resulta que a generalização e o longo alcance dado aos dispositivos foucaultianos encerrariam, a meu ver, um risco de naturalização, de essencialização dos próprios dispositivos, uma vez que está em jogo a sua capacidade de controle dos homens; ou seja, se “os dispositivos não são um acidente no qual os homens caíram por acaso” e sim “têm a sua raiz no mesmo processo de

⁷ *Idem*, 2010, p. 03 (grifo meu).

‘hominização’ que tornou ‘humanos’ os animais que classificamos sob a rubrica *homo sapiens*”⁸, como diz o próprio filósofo em *O que é um dispositivo?*, ao que indica eles deixaram de ser essas *maneiras de fazer* e de *fazer-se* humano para tornarem-se o *feito*, que hoje é *sempre mais* captura e menos abertura, um feito que, por isso, deve ser agora profanado, a fim de um uso comum ser *devolvido* aos homens, o que implicaria, finalmente, um futuro a ser alcançado a partir do movimento de retorno a uma condição anterior, um futuro atingido pela reconciliação de um estágio perdido pela cisão entre ser vivo e dispositivos.

Se esta minha leitura tem algo que minimamente a justifique e sustente, então podemos dizer que há, sim, neste caso, um risco que não é exatamente o do absoluto cancelamento do sujeito individual, mas sim, mais precisamente, o de um achatamento das singularidades em um horizonte de previsibilidade, em que o governo é o dado primeiro de um mundo onde prevalecem os processos de controle das experiências dos sujeitos, processos regulados por dispositivos que incidem sobre o indomesticável dos seres vivos e o imprevisível das manifestações da cultura. E contra este mundo seria preciso, enfim, sujeitos *conscientes* de sua própria

⁸ *Idem*, 2005, p. 14.

condição e das formas de dominação, sujeitos estrategistas, também eles controladores – para não se deixarem capturar. Contudo é Agamben mesmo quem diz que o gesto profanatório, como uma forma de *uso comum*, tem “sempre relação com o inapropriável, referindo-se às coisas enquanto não se podem tornar objeto de posse”⁹. Ora, não são objetos de posse os sonhos, as angústias, o desejo, a imaginação. Então seriam esses “restos” indomesticáveis dos sujeitos gestos profanatórios? Ou mesmo os sonhos, sensíveis através de espécies singulares de imagens, podem ser totalmente previstos e capturados pelos dispositivos do imaginário? E as indecisões, as lembranças e os esquecimentos, as criações que envolvem a construção da memória – esses espaços e tempos que se situam para além da objetividade, mesmo que estruturados por meio da linguagem, são por ela capturados? Ou, de outro modo, já se apresentam como o irreduzível, o imprevisto – não o comum, mas o *singular* – que não pode ser normatizado enquanto separação e por isso nem mesmo reivindica uma ação profanadora? Afinal, nesses casos, como na literatura, poderíamos dizer, a linguagem não é necessariamente aquilo que pode capturar, orientar, determinar, controlar e assegurar os

gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes, e tampouco é um processo de dessubjetivação que anula suas singularidades. Ao contrário, creio que a linguagem dos sonhos, da memória, a linguagem como originadora de ficções faz proliferar o singular, a potência que afirma e também pode não-afirmar, e por isso não pode ser completamente governada. E estando essas forças no mais íntimo dos corpos, como a condição “natural” dos corpos, não há consagração, nem profanação. Em suma: mesmo que algumas leituras apontem para uma massificação anestésica e uma padronização dos comportamentos, tão logo pensemos que os corpos são ineludivelmente sensíveis entenderemos que não haverá dispositivo capaz de apropriar-se das paixões humanas, dos desejos, e portanto nada há para ser devolvido.

Dispositivo é um conceito que acompanha todo o trajeto da minha pesquisa. Minha estratégia, então, foi a de – pelo menos tentar – colocar-me ao mesmo tempo *com* ele e *contra* ele, dando atenção ao irreduzível das sensibilidades e dos fenômenos da cultura. Mas isso, se for chamado de método, será em nome da contrariedade, na medida em que tão-somente terei criado um novo dispositivo, que em sua ambivalência e risco sobressai – assim acredito – como abertura à produção de sentidos, de imprevistos, de possíveis. Em todo caso, quem

⁹ *Idem*. Elogio da profanação. In: _____. *Profanações*. Tradução: Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007(b), p. 65-79.

sabe por isso as dificuldades e as dúvidas que restam – porque há perda, mas igualmente há sempre um resto –, quem sabe por isso os meus erros, principalmente, eu os sinto, quase em silêncio, como se fossem *patéticos*.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. “Metropolis”. *Sopro – Panfleto Político-Cultural*, Florianópolis: Editora Cultura e Barbárie, n. 26, abril de 2010. Tradução livre, a partir de uma gravação de áudio, de Vinícius Honesko. (Seção “Dicionário crítico”/“Verbetes”)

Disponível em:
<<http://culturaebarbarie.org/sopro/verbetes/metropolis.html>>.

Acesso em: 29 nov. 2010.

_____. O autor como gesto. In: _____. *Profanações*. Tradução: Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007(a), p. 55-63.

_____. “O que é um dispositivo?”. *Outra travessia. A exceção e o excesso*: Agamben & Bataille, Florianópolis: UFSC, n. 5, p. 9-16, 2º semestre/2005. Tradução: Nilcéia Valdati.

_____. Elogio da profanação. In: _____. *Profanações*. Tradução: Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007(b), p. 65-79.